

## **DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA E OS REFLEXOS ATUAIS: A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA SOCIEDADE**

André Monteiro Moraes; Joanderson Felipe Silva Barbosa; Thayse Genuino Martins; Diana Aires Silva; Thaisa Simplicio Carneiro Matias

*Universidade Estadual da Paraíba (andremonteimoraes@hotmail.com)*

### **RESUMO**

De acordo com as relações sociais em nossa sociedade, baseadas nas relações de poder e na formação sócio econômica do país, com características oriundas do processo de colonização, instiga o porquê de hoje presenciarmos, vivenciarmos e contribuirmos, direta ou indiretamente, com a discriminação da população “marginalizada”: mulheres, população LGBTI, negros, nordestinos e tantos outros. Através desse estudo é visto a necessidade de apontarmos uma forma de educação que permita trabalhar a formação do indivíduo a partir do desafio em tornar visíveis as injustiças e a violência de forma crítica e reflexiva implicadas nas disseminações culturais vigentes. Neste sentido, objetivamos entender os estudos que versam sobre a relação de poder na construção das identidades; Compreender as diferenças na construção de raça, sexualidade e gênero na sociedade; E discutir a problemática do conhecimento tido como “verdadeiro” e “científico” no processo de racialização e sexualização no ordenamento social e econômico da sociedade a partir da europeia. Como método de pesquisa utilizou à bibliográfica, o uso de filmes e documentários. A partir desses dados pudemos fazer a análise de conjuntura dessas relações de poderio, do processo de construção de identidades, e da influência social geradora de preconceitos. Entretanto, podemos perceber que a educação tem um papel muito forte para distribuição de valores, caminho pelo qual também, que se deve começar a repensar a forma de conteúdo a ser trabalhado e como deve ser trabalhado para evitar a discriminação, o preconceito e o ódio. Atentamos ao fato de que essas formas opressivas são consequências de um processo histórico sombrio e que hoje, principalmente, depois de conhecida a veracidade dos fatos não podemos ser coadjuvantes dessa imaturidade intelectual dos antepassados.

Palavras-chave: Gênero, Raça, Educação.

## **DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA E OS REFLEXOS ATUAIS: A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA SOCIEDADE**

André Monteiro Moraes; Joanderson Felipe Silva Barbosa; Thayse Genuíno Martins; Diana Aires Silva; Thaisa Simplicio Carneiro Matias

*Universidade Estadual da Paraíba (andremonteiomoraes@hotmail.com)*

### **INTRODUÇÃO**

Ao analisarmos, conjunturalmente, a sociedade contemporânea é perceptível o quanto estamos circundados de pensamentos agressivos, contaminados pelo discurso e ideologias de cunho conservador e fundamentalista capazes de gerar violência verbal, psicológica e física. Esse tipo de discurso está, inteiramente, ligado às minorias: mulheres, população LGBTI, negros, e, também, nordestinos. Sendo o fruto desse sistema educacional: o patriarcado, capaz de englobar o machismo, a misoginia, a homofobia, o racismo e até mesmo a xenofobia.

Através da análise da sociedade atual, tivemos a necessidade de estudar teóricos e casos que pudessem comprovar, em seus contextos históricos, a raiz de todos os males que demonstram como a educação (social e política) pode ter sido diretamente influenciada, chegando ao ponto de agravar, ainda mais, o discurso de ódio para com esses grupos marginalizados. Objetivamos aprimorar e entender os estudos que remontam a relação de poder na construção das identidades; Compreender as diferenças na construção de raça, sexualidade e gênero como marcadores sociais; E discutir a problemática do conhecimento tido como “verdadeiro” e “científico” no processo de racialização e sexualização no ordenamento social e econômico da Europa, a partir dos autores estudados.

Miskolci (2012) aponta “um conjunto de reflexões no desenvolvimento de um novo olhar para a educação que impõe as identidades”. Ele traz a importância de uma educação que auxilie na formação do indivíduo, com desafio de tornar visível a imposição de demandas educacionais às crianças e adolescentes, como também tornar visíveis as injustiças e violências implicadas na disseminação e na demanda do cumprimento das normas e das conversões culturais, violências e injustiças envolvidas tanto na criação dos “normais” como dos “anormais”.

Retrata sua experiência em um colégio que estudou no período do regime militar, trazendo as diferenças que eram colocadas entre homens e mulheres, os homens sempre deveriam ser fortes, valentes e violentos e as mulheres uma figura frágil, delicada e subordinada, diferença também entre brancos e negros, ricos e pobres, como também cartilhas mostrando a família ideal homem, mulher, filhos e empregada geralmente negra. Referente à cartilha nos faz lembrar que o governo através do ministério da educação disponibilizou cartilhas para as escolas a qual tinha como ponto principal a família “ideal” em umas das ilustrações estava a esposa afastada na cozinha com sua filha e o esposo na sala com o filho cuidando dos negócios. São questões que a partir do momento que você começa a conhecer a teoria passamos a associar a detalhes que muitas vezes passam despercebidos no cotidiano, esta imposição de superioridade do homem em relação à mulher, diferenciação de pessoas negras e pessoas brancas e as interferências na construção da sexualidade e gênero.

A necessidade de uma teoria que trabalha na perspectiva de um olhar que é insubordinado, comprometida com os sem poder, subalternizados, que tem interesse na criação de novos materiais escolares ou até utilizar o material disponível de outras formas não para ser decorado, mas para ser refletido, questionado e discutido é idealizada por Miskolci, como a Teoria Queer.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho utilizou a pesquisa bibliográfica de cunho teórico, a partir de dados e relatos coletados nas referências bibliográficas e das experiências vividas nas particularidades da formação de cada membro, além de pesquisas em artigos científicos publicados. A partir desses dados realizamos uma análise de conjuntura considerando a relação de forças relativa ao recorte temporal do estudo.

Durante os estudos acadêmicos do componente curricular *Gênero e Serviço Social*, foram solicitados discussões, seminários e atividades que permitissem discorrer sobre as questões apresentadas na objetivação do trabalho, cujos itens dissertaram para realização da produção. Desse modo, a metodologia empregada foi: a seleção de obras para estudo, entre as fontes dispostas na bibliografia e outras a serem adquiridas; Auxílio de filmes e documentários; Avaliação crítica do levantamento feito em consonância com a correção das avaliações; Análise comparativa dos textos pesquisados; Interpretação dos resultados e produção de artigo científico.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse contexto de inclusão, acesso às políticas sociais e intenção de ruptura com as medidas educativas não emancipatórias, partimos para análise da educação como um direito e a escola como função social. Vemos o desmonte do sistema que garanta, além dos direitos, a concretização de uma cidadania acessível a tais conquistas através de medidas neoliberais numa crescente polarização de concentração de renda e exclusão social jamais vistas na história. Mesmo com a Constituição de 1988, de legado cidadão, contextualizamos um processo de retrocesso e desrespeito aos direitos conquistados.

O direito à educação, assegurado por lei seja na Constituição Federal (1988), no Estatuto da Criança e do Adolescente (8.069/90), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96), entre outros tem por finalidade a formação do sujeito para o exercício da cidadania, a preparação para o trabalho e a participação na sociedade. Por isso é necessário que discutamos a sua função social, cada vez mais inserida num “espaço de concretização dos problemas sociais” (CFESS, 2001), caso contrário acabamos contribuindo para a propagação de medidas excludentes se não superarmos o desafio de garantir a universalidade e a qualidade de seu atendimento.

A escola, enquanto equipamento social, precisa estar atenta às diversas formas de exclusão, seja com violência, discriminação (etnia, gênero, sexo, classe social, etc.), reprovação e/ou evasão escolar. Se a proposta, ultimamente difundida, de assumir uma postura de instituição democrática não for colocada em prática seu papel social de nada serve.

O rompimento com as medidas conservadoras no ato de educar deveria ter sido erradicado desde o surgimento da democracia. “Para entrar na problemática da educação, o que se observa é que grande parte dos teóricos da educação [...] toma a cidadania como sinônimo de liberdade como ser cidadão fosse participar da forma de sociedade mais elevada possível” (TONET, 2007. p. 3). Devemos lembrar que é na democracia que permite criar direitos, corrigir direitos para o progresso da humanidade. Logo, formar cidadãos é formar pessoas críticas e não intolerantes e preconceituosas.

Então, educar para a humanidade é romper com paradigmas tradicionais de um sistema opressor, competitivo, punitivo, seletivo e excludente. O preconceito tem como raiz os males do capital, suas vertentes e ramificações nos faz enxergá-lo como um problema apenas do indivíduo e não do sistema ao qual ele está inserido. Para entendermos essa lógica é necessário buscar a gênese



do fenômeno em questão e compreender a função social que o fenômeno exerce. Função essa, determinada como atividade humana na reprodução do ser social.

Pensar uma formação integral, em educação e política educacional emancipadora sem mostrar a necessidade e as condições dessa formação é no mínimo enganar as pessoas, tanto vítimas como agressores. O que temos é um conjunto de atividades educativas emancipadoras de caráter revolucionários, pois elas são mais pontuais e limitadas, porque a educação é hegemônica, necessária para a reprodução de classes.

### **1. A relação de poder na construção de identidades, sexualidade, gênero, raça como marcadores de diferença**

O que hoje chamamos de “querer” em termos, tanto políticos quanto teóricos, surgiu como um impulso crítico em relação à ordem sexual contemporânea, possivelmente associado à contracultura e as demandas daqueles que, na década de 1960, eram chamados de novos movimentos sociais (MISKOLCI, 2012). Na medida em que os próprios movimentos das minorias procuravam adaptar os homossexuais às demandas da sociedade vigente, a teoria enfrentava os padrões para ser aceitável a forma de vida daquele indivíduo.

Uma das principais diferenças dos marcadores sociais, trazidos por Guacira Lopes Louro (2012), é o conceito de gênero através do movimento feminista. Ela faz uma ressalva desse movimento social, enquanto organizado, a partir do século XIX. Só com as manifestações contra a discriminação feminina na virada do século que passam a ter maior visibilidade e expressividade na sociedade.

Louro (2012, p. 19) afirma que o “sufragismo” (movimento de direito ao voto das mulheres) “passou a ser reconhecido [...] como a ‘primeira onda’ do feminismo [...]” apesar de ligados, diretamente, às mulheres brancas da Idade Média. Porém é com a chamada “segunda onda” que as mulheres dão um passo além das preocupações sociais e políticas e passam às inquietações teóricas. É justamente com o descontentamento dos arranjos sociais tradicionais e políticos, em 1968, principalmente a respeito do preconceito, da discriminação e da segregação que jovens, mulheres, negras passam a constituir movimentos específicos de contestação e transformação, impulsionando a ressurgir o movimento feminista nesse contexto de efervescência social.

Essa constituição vai além de movimentos reivindicatórios, protestantes e de conscientização: segundo Louro (2012, p. 20), esse movimento também ocorre “através de livros,



jornais e revistas. Algumas obras hoje clássicas – como, por exemplo, *Le deuxième sexe*, de Simone de Beauvoir (1949), *The feminine mystique*, de Betty Friedan (1963), *Sexual politics*, de Kate Millett (1969) – marcaram esse novo momento”. A partir desses acontecimentos e obras que os estudos da mulher passam a ser difundidos nas universidades e escolas de forma intelectual.

A efervescência, político-intelectual impulsionou um processo no qual a mulher seja vista na sociedade, novamente, descaracterizando-a da imagem subversiva ao privado (com atividades de cunho assistencial, educativo, de cuidados) e doméstico. Logo, são observadas em outras áreas de atuação profissional que era majoritariamente masculino, como as ciências, as artes, as letras, etc. A visão de mundo, diferenciada no universo feminino separado, mostra uma disposição delas em reconhecer a importância dos seus estudos desviando da regra masculina. Para Louro (2012, p.23) o diferencial foi que elas:

Fizeram mais, ainda: levantaram informações, construíram estatísticas, apontaram lacunas em registros oficiais, vieses nos livros escolares, deram voz àquelas que eram silenciosas e silenciadas, focalizaram áreas, temas e problemas que não habitavam o espaço acadêmico, falaram do cotidiano, da família, da sexualidade, do doméstico, dos sentimentos. Fizeram tudo isso, geralmente, com paixão, e esse foi o mais importante argumento para que tais estudos fossem vistos com reservas [...].

Isso permitiu com que fosse quebrando o paradigma de preconceito entre homens e mulheres além de suas características biológicas/sexuais justificadas pelas desigualdades sociais, da época. Esses marcadores sociais serão conceituados, mais adiante, através de uma linguagem diferenciada e nova, o gênero.

O gênero para Scott (1995, *apud* Louro, 2012, p. 25) é a rejeição do determinismo biológico implícito na diferença sexual, e tem o intuito de acentuar “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”. Não nos permite desligar nenhuma forma biológica representada pelo homem e pela mulher, mas pode acentuar a construção histórica e social sobre as características naturais desses seres, posteriormente compreendidas e representadas ou trazidas para a prática social.

É no campo do social que se reproduzem e constroem as relações de poder nas mais variadas formas, desiguais. A partir daí passam a buscar as afirmações para o uso do conceito (gênero) procurando evitar afirmações generalistas sobre *homem* e *mulher* que, no Brasil, só será utilizado em meados dos anos de 1980 esse termo. Para Louro (2012, p. 28) “A pretensão é, então, entender o



gênero como constituinte da identidade dos sujeitos”, que se transforma podendo, até, ser contraditórias.

No campo da sexualidade Weeks (1993, *apud* Louro, 2012, p. 30) afirma inúmeras vezes que a “sexualidade tem tanto a ver com as palavras, as imagens, o ritual e a fantasia como com o corpo”. Continua com a observação de que os sujeitos pode viver sua sexualidade de distintas formas “[...] com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros”. Configurando que as identidades sexuais são construídas e não acabadas ou dadas num determinado tempo. Eis o porquê de construírem-se como marcadores sociais da diferença, porque ela é instável, passível de transformação assim como a identidade de gênero, étnicas, raça, classe, etc.

Logo percebemos que, os estudos feministas estiveram sempre mostrando preocupações com as relações de poder, silenciados pela submissão e opressão das mulheres, e os movimentos sociais (de gays, de lésbicas, mulheres, negros, etc.) vêm mostrando que a polarização “não dá conta da complexidade social”. O problema desencadeado pelas abordagens do estudo de gênero atualmente acaba distanciando mais ainda a discussão teórica e a luta das mulheres, “essas ‘teorias’ são vazias de sentido ao limitar-se em um ‘academicismo’” (CISNE, p. 02).

As relações de poder não podem ser construídas apenas pela repressão e censura, mas nas práticas e relações de gestos que vão além do poder da disciplina (de homens e mulheres) e da conduta (de meninos e meninas). É não ceio dessas redes de poder que se constituem, em seu exercício, as diferenças e desigualdades (gênero, sexualidade, etnia entre outros), principalmente com a hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã na nossa sociedade. É preciso notar que as identidades não podem ser vistas em “camadas”, mas que se intercalam e podem, sim, ser contraditórias. A comunhão das minorias é uma das formas capazes de diminuir a divisão, exclusão e o preconceito próprio do sistema capitalista.

## **2. A produção do conhecimento “verdadeiro” e “científico” utilizado nos processos de racialização e sexualização para o ordenamento sócio econômico da Europa**

O processo de julgar um conhecimento puro, único e verdadeiro mostrou até que ponto a racionalidade humana das classes dominantes pode chegar intervindo nas condições históricas, sociais, econômicas e, até mesmo, morais da humanidade dominada. Basta ver a conjuntura do conhecimento europeu e suas consequências para os preconceitos arraigados na contemporaneidade.





Nancy Leys Stepan em *Raça e Gênero: O papel da analogia na ciência*, parte da metáfora como meio de discussão da teoria científica na literatura. A ciência metafórica era tratada como “pré-científica” ou “pseudocientífica” que defendia o racismo no século XIX, mas só com a presença de historiadores e filósofos que passam a deslocar essa visão lógica dando contornos “naturalistas” a essa visão, fazendo uma análise do papel científico e suas consequências normativas no processo relacionado às causas culturais da analogia científica.

A analogia em tela é a relacionada à raça e gênero, mostrando a inferioridade da mulher e dos negros a partir de sua anatomia/biologia no processo de sociabilização, afirmando:

que o leve peso do cérebro feminino e as estruturas cerebrais deficientes eram análogos aos das raças inferiores, e isto explicava as baixas capacidades intelectuais destas raças [...] observou-se que as mulheres se igualava aos negros pelo crânio estreito, infantil, delicado, tão diferente das mais robustas e arredondadas cabeças que caracterizam os machos de raças “superiores” [...] as mulheres de raças superiores tinham tendência às mandíbulas ligeiramente salientes, análogas, ou tão exageradas quanto [...] como os macacos. [...] As mulheres e as raças inferiores eram consideradas impulsivas por natureza [...] (STEPAN, 2012, p. 74).

Percebe-se, pois, que a biologia influenciava constantemente no comportamento da ciência evolucionista a partir dessas analogias entre raça e gênero tão fundamental que os modos de interpretação já eram utilizados como explicação das características sexuais. Até mesmo a teoria da seleção natural das espécies, de Charles Darwin, passa a ser aplicada na diferenciação racial e sexual.

Com o passar do tempo as raças inferiores são classificadas quanto o gênero (mulher), a classe social (pobres, criminosos e insanos) e etnia (não brancos). Essas semelhanças e diferenças são explicadas de acordo com as posições e diferenças na hierarquia social. Logo, as metáforas surgem espantosamente escolhidas de acordo com a natureza dos objetos; a estrutura social e a história do método que lhes dizem respeito. O sistema metafórico fez surgir o que Stepan (2012) chama de “lentes” através das quais as pessoas experimentavam e “viram” as diferenças entre classes, raças e sexos; entre o homem civilizado e o selvagem; entre ricos e pobres; entre a criança e o adulto. Se elas, as metáforas, não tivessem sido tão difundidas, provavelmente não teríamos tantas consequências sociais e morais na intelectualidade, pois ao serem desenvolvidas nas ciências biosociais do século XIX resultaram no ajustamento social e sexual dos indivíduos.

O documentário *Racismo científico, Darwinismo social e Eugenia* (BBC – 2013) fala que no século XIX outras maneiras de exemplificar as atitudes grotescas de “conhecimento científico” e





segregação racial oriundas do homem branco é o genocídio dessas raças, tidas como inferiores. Parte da ideia de fim da escravidão e ascensão desses povos ao campo e ao cristianismo, porém como o imperialismo alegava que as raças escuras não poderiam ser civilizadas sua única solução dava-se com o extermínio dos mesmos.

A guerra de extermínio passa a ser associada com o processo de incapacidade civilizatória, características fenóticas e genóticas relacionadas aos estudos de anatomistas, mas, principalmente, com o estudo da *origem das espécies*, foi que o professor da Universidade de Londres, Steve Jones afirmou no documentário que: “A *origem das espécies*, realmente, jogou uma granada antes de tudo na história da ciência. Ela inventou a ciência da biologia, depois da religião e depois da sociedade. De certo modo o que Darwin fez foi dar um alibi para ser juiz ‘se a evolução tinha mudado as raças e as espécies do mundo por que não fez o mesmo com os humanos?’”.

Muitos acreditavam que a teoria de Darwin respaldava suficientemente a expansão global da marca britânica, pois eram bons em se expandir e isso configurava uma raça única, forte, de domínio. Enquanto para as demais raças, era previsto um destino totalmente diferente, pois a evolução estava fomentada aos britânicos do norte, logo os perdedores deveriam desaparecer, justamente pela falta de competitividade (em níveis raciais). E assim aconteceu com os povos da América do Norte, do Pacífico e da África, com isso os crimes do imperialismo davam confirmação de que o darwinismo social estava certo.

Com o passar do tempo, as raças diferenciadas do padrão europeu, passam a perpetuar mais a espécie aumentando o seu número, superando à britânica. É, então, configurado o momento de por um fim nesse aumento populacional, em grande escala, como artifício de eliminação das raças ditas inferiores, a eugenia (em campos de concentração).

O Darwinismo social dizia que essas raças dizimadas seriam lembradas iguais as demais espécies de animais irracionais: em mostra de curiosidade, como peças empalhadas nos museus antropológicos. Casos estes parecidos como o que Janaína Damasceno (2008, p.01) relata sobre Sarah, em *O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: O caso da Vênus Hotentote*, “uma jovem Sul-africana nascida em 1789 [...] exibida publicamente em *freak shows* e “espetáculos” científicos europeus, [...] foi pelo corpo de Sarah que nasceu o conceito de raça”, apenas pelo fato de não ser semelhante às mulheres europeias.



Para Damasceno (2008) o estereótipo do corpo é como uma prática para a representação da diferença entre as raças. No caso do negro, representado na escravidão, na colonização da África e no Pós Segunda Guerra com a migração negra para Europa e América. É pela estrutura anatômica de Sarah que ela foi levada à Londres para fazer exposições de seu corpo (com medidas avantajadas, principalmente, dos quadris e nádegas). Ela era tida como um ser monstruoso e fica no *Piccadilly Circus* e depois é levada à França, como exemplo de estudos científicos e fica por lá até sua morte, deixando na África dois filhos e esposo.

Para Wiss (1994, *apud* Damasceno, 2008, p.02), “foram pelas exposições públicas do século XIX que os europeus começaram a perceber a diferença. E notam ao escrutinar Sarah, que esta pode assumir um caráter racializado e sexualizado através do corpo” (p. 2). Essa anormalidade vista no corpo feminino é o que constitui o conceito de racismo e negritude em relação ao corpo masculino europeu.

Esse conceito foi fundamental para a manutenção da ordem social na sociedade além de maximizar a diferença do outro naquele meio excluindo-o, enquanto ser, de sua origem levando-o a característica de desigualdade de poder, sobre si. Configurando não só o abuso de poder econômico e físico, mas de práticas abusivas etnocêntricas, provocando o que Hall (1997, *apud* Damasceno, 2008, p.03) chama de “exercício da violência simbólica”.

Esse mascaramento de relações sociais faz com que o racismo “se naturalize” tornando o conhecimento, a respeito disso, racializado através do binarismo que põe o sujeito como objetivo. O processo de coisificação do humano permite que o mesmo não se reconheça como dono do seu corpo e que tenha poder sobre ele e o objeto passa a ser regulado pelo sujeito. A única forma que Sarah encontra para mostrar que tinha poder sobre seu corpo foi bebendo até sua morte. Isso pode ser configurado como a própria relação de fuga nas relações de opressão, contrapondo as imagens de controle sobre si e os demais em seu cotidiano. Damasceno (1998, p. 04) diz que “ela deixa de existir como “uma pessoa”. A substituição da parte pelo todo é o efeito de uma prática de representação semelhante ao estereótipo: o fetichismo”.

## CONCLUSÕES

A partir da discussão ora apresentada, inferimos que o preconceito, a desigualdade e a “naturalização” dessas relações não estão embutidos nos seres humanos quando estes vêm ao mundo, eles são reproduzidos nos novos indivíduos quando introduzidos no seio da sociedade e



automaticamente são bombardeados por crenças e ideologias; posições, ideias, hierarquias e toda a complexidade de um sistema social que reforça as contradições do modo de produção capitalista. É o tipo de relação funcional, já consolidado que condiciona todos os cidadãos a seguirem aquilo que a grande maioria segue. Nesse processo que é moldado o pensamento preconceituoso; excludente. Como uma doença hereditária, todas as formas de preconceito são ecoadas através dos discursos dos velhos indivíduos aos ouvidos dos novos, fazendo com que eles reproduzam em seu tempo e para as próximas gerações.

São traços que marcam muito a história do nosso país e até hoje vemos o quanto é forte o preconceito que é repassado em nossa sociedade, tanto em relação ao racismo como também às questões que retratam o gênero. Frequentemente são noticiados casos de pessoas que sofrem qualquer tipo de violência, de forma “gratuita”. Entretanto, podemos perceber que além das marcas repassadas pela família, que é o primeiro contato dos indivíduos. Além de as escolas terem, também, um papel muito forte para distribuição de valores, logo há a necessidade de começar a repensar tanto a forma de conteúdo que a ser trabalhado e principalmente quanto como deve ser trabalhado, nesse âmbito.

As instituições devem fomentar o pensamento crítico-reflexivo acerca da nossa maneira preconceituosa de pensar e nos expressar, mas infelizmente e ainda que de forma sorrateira, têm alimentado a exclusão em vários níveis (socioeconômico, étnico-racial, religioso, etc.). O preconceito não é eliminado através da coerção, da violência verbal ou punições morais específicas, medidas como essas só reforçam as intolerâncias.

A educação não é a chave central que liga o carro da “revolução” em busca de uma educação emancipadora humana, ela é uma peça fundamental. Ela nunca foi e nunca será a vertente principal da transformação social, apesar de contribuir em grande escala de nada adianta emancipar a educação humana quando a sociedade está cooptada e alienada. E seu rompimento dá-se com medidas críticas às teorias reformistas, com a discussão da igualdade, justiça e equidade social inerente ao indivíduo, estudar a realidade vivida para transformá-la, permitir entender “o que é este ato humano que se chama educação”, como ela é gerada, a sua natureza e sua função social e, obviamente, é necessário que demos uma iluminação à essa leitura com nossas ações a partir da efetivação dos direitos com o engajamento em lutas sociais, senão cairemos na mesmice de achar que a luta é um processo isolado.





Sendo assim, de nada adiantará continuarmos com as práticas locais, se não tivermos a articulação entre emancipação humana e educação. Até porque nossas medidas educativas e revolucionárias, dentro da sala de aula ou fora dela, não podem ser vistas como algo generalizado, pois elas devem estar fundamentadas, nos indivíduos, pela perspectiva emancipatória humana e não pela cidadania.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BBC Racismo Científico, Darwinismo Social e Eugenia. Direção: David Olusoga. Produção: David Olusoga. Documentário, 52'32. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=SWr17aqbD5c>> Acesso em setembro de 2016.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social na Educação** – uma inserção possível e necessária. Brasília – DF. set. 2001.

CISNE, Mirla. Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>> Acesso em outubro de 2016.

CONNELL, Raewy. O império e a criação de uma ciência social. *Contemporânea*. v.2. n.2. p. 309-336. jul-dez. 2012.

DAMASCENO, Janaína. O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: o caso da Vênus de Hotentote. *Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis. ago. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autentica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

STEPAN, Nancy Leys. Raça e Gênero. O papel da analogia na ciência. *Anatomy of racismo*. pp. 38-57. 1990.

TONET, Ivo. **Um novo horizonte para a educação**. UNESP - São José do Rio Preto, 2007.





**II CINTEDI**  
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE  
**EDUCAÇÃO INCLUSIVA**  
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

**16 a 18**  
**NOVEMBRO**  
**2016**  
LOCAL DO EVENTO  
CENTRO DE CONVENÇÕES  
**RAYMUNDO ASFORA**  
GARDEN HOTEL  
CAMPINA GRANDE-PB

VÊNUS Negra. Direção: Abdellatif Kechiche. Mk2 diffusion. Produção: Marin Karmitz, Nathanaël Karmitz, Charles Gillbert. Filme, 2'38"51". Disponível: <[https://www.youtube.com/watch?v=3\\_P--6uis4Q](https://www.youtube.com/watch?v=3_P--6uis4Q)> Acesso em setembro de 2016.

